

Sociedade em Tumulto

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GONÇALO FIGUEIREDO

Universidade de Coimbra

**ESTUDOS DE FILOSOFIA MEDIEVAL,
AUTORES E TEMAS PORTUGUESES**

Meirinhos, José Francisco,
Ed. EST, Porto Alegre 2007, vol de 160x230 mm, 270 pp.

A presente obra reúne quinze estudos sobre filosofia medieval apresentados em diversas circunstâncias e publicados entre 1993 e 2005, por José Francisco Meirinhos, no âmbito da actividade de pesquisa do Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de que é membro. O Professor Meirinhos, de incontestável competência, tem um vasto e notável currículo de leccionação e investigação, tanto a nível nacional como internacional, como o prova a quantidade e qualidade das obras já publicadas em diversos trabalhos conjuntos e revistas de especialidade.

Num ordenamento cronológico os estudos agora reunidos têm o seu início na Patrística, com Martinho de Dume, e perpassam os séculos assinalando-se nomes e escolas que fizeram história e deram o seu contributo para o alargamento da verdade, até se chegar ao século XIV, com Afonso Dinis de Lisboa, médico, teólogo e tradutor, com que o autor fecha este ciclo de estudos. Este percurso coincide com o da afirmação da identidade de Portugal no campo do saber, no contexto de uma Europa que relia as suas origens filosóficas e teológicas, onde a organização eclesiástica e monástica, bem como a política, dão os seus passos para acompanhar o que fazia no resto da cristandade. Quer pela proveniência dos autores, pelos lugares onde se formam e donde recebem material de estudo, quer ainda pelas cidades onde desenvolvem o seu trabalho, pode-se constatar que “Portugal mantém estreitas relações com os mais importantes centros intelectuais e religiosos da Europa” (p. 7), o que denota uma vasta rede de comunicações onde os mosteiros, num primeiro momento, e

depois as Universidades, jogam um papel determinante, para a propagação do saber.

Assim, começa por apresentar um trabalho sobre Martinho, bispo de Dume e arcebispo de Braga, moralista, evangelizador e teólogo do século VI, conhecedor e divulgador de Séneca. É no opúsculo intitulado *A correcção dos rústicos* (De correctione rusticorum) que o Prof. Meirinhos centra a sua atenção, dando-nos conta das edições e traduções que este documento foi alvo ao longo dos tempos, insistindo no entendimento do que seriam os “rústicos”, “os seguidores do politeísmo romano”(p.17) a que Martinho se dirige na apologia da fé cristã que supera a compreensão mágica da natureza que “é apenas um símbolo que remete para a história da salvação do homem”(p. 21). José Meirinhos, contradizendo a Prof. Ana Jorge UCP-FT Lisboa, defende que o opúsculo “é de uma organização cuidada” (p.19) pela introdução, exortação, desenvolvimento doutrinal e oração final, o que o coloca, a nosso entender, na escola dos primeiros apologistas da fé católica, a começar por Pedro e Paulo, que, quer nas cartas quer nos discursos neotestamentários, fazem o trabalho de reler a história da salvação, na qual se insere a história da criação, como imagem de uma realidade que em Cristo ganha toda a sua centralidade, completude e clareza. Para além do “testemunho de práticas religiosas não cristãs no nordeste da Península Ibérica”(p. 25), como tradicionalmente foi lido, o *De correctione*, servindo-se do conceito de natureza, na sua regularidade que permite tomá-la como símbolo e guia, mostra o caminho do homem para a transcendência, ao mesmo tempo que abre portas para um estudo científico dessa mesma realidade criada que fala ao homem do seu Criador.

Do século VI o autor salta para o XII, em que se opera uma “renovação, reforma ou renascimento das formas e expressões da vida cultural”(p. 29). Os mosteiros que não esqueceram no seu processo de renovação os aspectos culturais, têm um papel particularmente importante. E no panorama nacional destacam-se Alcobaça dos beneditinos cistercienses e Santa Cruz de Coimbra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ainda que o contributo especificamente português na área filosófica seja raríssimo, “porque não se conhece directa ou indirectamente qualquer obra filosófica (mesmo entendida numa acepção larga) que tenha sido elaborada em Portugal nesse período”(p. 30).

O segundo estudo desta colectânea, sobre “A filosofia no século XII em Portugal: os mosteiros e a cultura que vem da Europa”, dá-nos conta que, embora haja uma grande preocupação no acolhimento das

novas ideias que circulavam pela Europa, designadamente as reformas litúrgicas, o produto nacional em matéria filosófica é escasso senão nulo. Contudo o autor não deixa de sublinhar que as bibliotecas dos referidos mosteiros “desempenharam um inegável papel de revitalização na vida intelectual e espiritual da última metade do séc. XII em Portugal”(p.34), onde os nomes dos mais eminentes autores se fazem representar, ainda que não se tenha produzido nenhum estudo, comentário, glosa ou análise. De facto, o trabalho filosófico do séc. XII faz-se em torno dos grandes mosteiros de Portugal, Alcobça e Santa Cruz de Coimbra (estudos 4 e 5). Aos manuscritos deste último dedica o autor dois estudos, um sobre a doutrina sagrada, artes liberais e ciência escolástica, e outro sobre o desenho da organização dos saberes das ciências. O manuscrito 17 de Santa Cruz, que contém esquematicamente a organização das ciências segundo as *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha, mostra o interesse das ciências e da sua organização, “a curiosidade pelo mundo” (p. 73), também do ponto de vista religioso, designadamente na calendarização da festa da Páscoa segundo os referentes da astronomia. Todavia, é de estranhar como Portugal, que teve uma proximidade grande com o mundo árabe, tenha ficado à margem do processo de conhecimento dos autores gregos que se fez por aquela via: “a entrada na via europeia [dos textos dos filósofos gregos] ocorre sem que o Portugal nascente pareça ter dado qualquer contributo para a recuperação do legado árabe, o qual, paradoxalmente, ao longo do século XIII recolocaria a Europa na senda da racionalidade grega através de um torrencial fluxo de traduções árabo-latinas” (p.41). As razões apontadas pelo autor para este facto seriam a ligação à cultura franca e a influência da cúria romana, aliadas às opções políticas dos monarcas reconquistadores de supressão deliberada da cultura moçárabe para afirmação da nacionalidade.

Sendo certo que a “irrequietude e criatividade, por vezes tumultuosa, da primeira escolástica foi, em grande parte, induzida pelas traduções feitas a partir do árabe na península Ibérica (...) torna-se por isso necessário indagar o papel do Portugal nascente (...) na transmissão desse legado científico e filosófico greco-árabe ao ocidente latino” (p. 43). É com este propósito que o autor olha para João de Sevilha e de Lima, cuja actividade foi razoável no contexto dos tradutores de Toledo, e cuja identificação tem sido objecto de múltiplas discussões. Sublinha-se o significado de “Lima”, numa referência à região do rio Lima, a norte de Portugal, única região com este nome na Península. Pois “não seria improvável que João fosse um desses moçárabes que com a per-

seguição dos almorávidas abandonou o sul e demandou o norte cristão, tendo-se fixado na região do rio Lima” (p. 48), com ligação à casa real, mais propriamente a D. Teresa, mãe de Afonso Henriques.

A presença de abundantes manuscritos nas bibliotecas dos referidos mosteiros, testemunham um vivo e precoce interesse pela cultura que vinha da Europa nos mais diversos âmbitos do saber e da vida religiosa, mas também na filosofia (p. 8). Dum deste centro de cultura, Coimbra, saíria Fernando Martins, que o autor trata de seguida. Na sequência dos trabalhos realizados por eminentes intelectuais, Gama Caeiro e Cândida Pacheco, entre outros, o autor dedica os estudos seis a oito ao taumaturgo português, santo António de Lisboa. No sexto estudo (pp. 75-102) o autor faz uma exaustiva apresentação do *corpus* literário antoniano, da sua datação e transmissão, dos manuscritos conhecidos e perdidos, da difusão dos sermões, das edições e traduções. Todavia “em santo António não encontramos a exposição sistemática de temas de filosofia. No entanto, a análise do seu sermonário permite encontrar preciosos materiais de reflexão” (p. 103) em áreas que vão para além do estritamente teológico. O estudo sete (pp. 103-115) “tem como objectivo primeiro analisar a concepção antoniana da eficácia da linguagem no contexto da pregação” onde a moral joga um papel importante, pois “o âmbito da construção teológica antoniana não é só contemplativa e sobretudo não é especulativo, é eminentemente prático”(p. 124). Cabe então à pregação, com a força das imagens e das advertências, orientar o homem para a plenitude da sabedoria contida na Bíblia, a *sacra pagina* onde reside tudo o que há a saber acerca da salvação e da bem-aventurança no dia do juízo final. Com isto António permanece fiel às indicações do santo fundador da nova Ordem a que adere em Coimbra: que as letras não extingam o “espírito de oração e devoção, como está escrito na Regra”. Ao mesmo tempo mantém-se na esteira de Agostinho que tem as ciências profanas como úteis “para a dilucidação do sentido dos textos Bíblicos”(p. 121), o que deixa bem patente a equivalência entre *doctrina sacra* e *theologia*, reunindo esta última o sentido de *doctrina* e *scientia*, dado que “a verdadeira *scientia* e verdadeira *doctrina* têm em geral sentidos coincidentes com o conceito de *theologia*”(p. 123).

Seguidamente dedica seis estudos à enigmática figura de Pedro Hispano (9-14), nome sob o qual se escondem, segundo os estudos do nosso autor, duas, três ou mais figuras distintas. Analisando datas e textos o autor identifica positivamente três possíveis pessoas: *Petrus Hispanus OP*, autor do *Tractatus* e dos *Syncategoreumata*, autor de

origem espanhola; *Petrus Hispanus Portugalensis*, autor da *Scientia libri de anima* e do *Liber de morte et vita*, comentador das obras aristotélicas *De animalibus* e *De anima*; e por fim *Petrus Hispanus medicus*, em dúvida se seria *Petrus Juliani*, autor de comentários médicos, podendo ou não ser o famoso autor de receituários médicos, que veio a ser o Papa João XXI homem de ciência, “deão e mestre das escolas de Lisboa, bispo eleito de Braga e cardeal de Túsculo”(p. 128), e falecido em 1277. Esta multiplicação de pessoas não é de estranhar dado o “prestígio de que o nome *Petrus Hispanus* desfrutava, enquanto outros poderão até ter sido aproximados do seu nome numa estratégia difamatória do Papa João XXI”(p. 148).

Feita esta distinção de possíveis personagens que se escondem sob um único nome de Pedro Hispano, o Prof. Meirinhos elenca as obras atribuídas a esta figura, agrupando as obras nas diferentes áreas. A primeira área é a Lógica, com duas obras, em que se destaca o *Tractatus*, também conhecida como *Summulae logicales*, que “desfrutou de uma extraordinária difusão após ter sido adoptado como livro de texto para o ensino da lógica pelos dominicanos e por universidades continentais como Paris, Toulouse, Bolonha, Salamanca, Colônia, Cracóvia, etc.” (p.140), tendo sido de enorme influência em Espanha e vastamente comentado. Na Filosofia Natural apontam-se seis escritos; para a teologia dois textos; em Medicina, dez obras e doze comentários e glosas, além das obras perdidas, das diversas cartas e bulas pontifícias, e um vasto corpo de obras espúrias.

No estudo onze dedicado à lógica de Pedro Hispano (pp.163-186), debruçando-se profundamente sobre os tratados lógicos já referidos, dos quais dispomos hoje excelentes edições críticas, e até ao séc. XVII mais de 300 manuscritos e cerca de 200 edições impressas. O autor faz uma exaustiva apresentação do “mais bem sucedido manual de lógica composto no século XIII, um verdadeiro resumo das lógicas dos «antigos» e dos «modernos», adoptado pela generalidade das universidades continentais até ao século XVI como manual introdutório para o ensino desta matéria aos alunos de Artes e pelo qual o próprio Dante parece ter estudado”(p. 163). Outro tema estudado em Pedro Hispano (estudos 12 a 14, pp. 187-250), e por via deste autor nos séculos XII e XIII, é a ciência. Ironicamente foi o “amor de João XXI pelas ciências [o que] tê-lo-ia levado a mandar construir uma nova dependência no palácio papal para aí se refugiar, entregando-se solitariamente aos estudos”(p. 242), o que o vitimou com o ruir e ficar esmagado sob pedras e traves da obra que mandara executar. De entre o conjunto das ciências do

tempo, Pedro Hispano dá particular relevo à ciência da alma como se pode ver pelo comentário ao *De anima* que lhe é atribuído (estudo 12). Este Comentário do Mestre Pedro mostra simultaneamente como o corpus aristotélico foi “delimitação e autoridade máxima no campo filosófico” (p.211) no séc. XIII e a prioridade da ciência da alma face às outras ciências: “saber se a ciência da alma é prioritária e mais nobre que a Metafísica obriga a uma longa série de razões e a uma solução também longa onde se historiam diversas posições quanto ao problema. Após referir a posição de «alguns» e a de Averróis (...), Pedro concilia as várias posições, mas rompendo com elas num ponto importante, admitindo que a Metafísica é prioritária porque se ocupa do objecto mais geral (o ente) ou superior (Deus), mas também que a ciência da alma é prioritária porque se ocupa do objeto sem o qual não há conhecimento do que quer que seja, nem mesmo do objeto da metafísica” (p.205). Além disso, a ciência da alma “que comporta simultaneamente uma psicologia filosófica, uma gnosiologia ou noética e uma ontologia das formas abstraídas, é teorizada com *Comentário* de Pedro como coroação e de certo modo como coração epistemológico dos estudos filosóficos, porque é a ciência do homem: «homo nobilius est subiectum et sua scientia nobilior quia est scientia de anima»” (p. 212).

Por último (estudo 15), o autor apresenta um estudo inédito sobre a figura de Afonso de Dinis de Lisboa, “perito em astronomia médica, tradutor e admirador de Averróis, versado na obra de Aristóteles, por fim comentador de Pedro Lombardo, dele apenas sobreviveram traduções do árabe, que realizou com a ajuda de intérprete e uma ou outra opinião registada por um seu estimado contemporâneo.” (p.251). Esta figura, cujo percurso biográfico, académico e eclesiástico é relativamente bem conhecido, foi agraciada, por influência do rei Afonso IV de Portugal, com a licença em medicina num processo polémico que teve o seu fim por sanção do Papa João XXII. Mas foi Clemente VI que o fez bispo da Guarda e arcebispo de Évora, depois de ter voltado a Paris, onde tinha estado a leccionar como bacharel em medicina o *Canon* de Avicena, mas agora para estudar Teologia. Mas é, de facto, como defensor e divulgador de Averróis, que Afonso Dinis se destaca: “esta opção metodológica pela via da física, buscando a verdade pela razão natural, que assim guarda a sua própria autonomia filosófica e epistemológica é, de certa forma, um dos aspectos que caracteriza o chamado «averroísmo latino» naquela vertente que dá preferência à natureza e à razão, relativamente ao divino e à religião, e justifica também a admiração de Afonso por Averróis, que descreve como

«soleníssimo amante da verdade da física, eminente e singular emulador da filosofia de Aristóteles»”(p.255).

Em suma, trata-se de uma excelente compilação de estudos onde se sublinham as abundantes referências bibliográficas, elemento precioso para futuros estudos, e que denotam não só um vasto conhecimento como uma excelente actualização do que, sobre estas matérias de história de Filosofia Medieval dos nossos autores portugueses, se vai produzindo.